

A CONTRIBUIÇÃO DE LIMA BARRETO PARA O ENTENDIMENTO DA CRÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA DO INÍCIO DO SÉCULO XX¹

Silvana Fernandes Lopes²

Introdução

Lima Barreto apresenta, ao longo de toda a sua produção jornalística e literária, uma visão bastante atenta da organização escolar brasileira do início do século XX, especialmente do Rio de Janeiro, e formula críticas à falta de especialização do ensino brasileiro, à desarticulação entre os conteúdos escolares e a realidade, à superficialidade teórica e prática desses conteúdos, às deficiências do currículo e à má qualidade de formação de professores e alunos³.

O objetivo último deste artigo é mostrar a fertilidade da utilização do texto literário como fonte para a história e especificamente para a história da educação. Para isso, tomarei como exemplo a obra de Lima Barreto, focalizando nela um dos temas mais recorrentes: o ensino superior. Buscarei demonstrar, então, que a visão crítica desse autor nos auxilia a identificar limites e contradições que marcaram todo o pensamento educacional do início do século XX.

Em um período em que as relações capitalistas se consolidavam no país, as preocupações educacionais se intensificavam significativamente. Numa fase de efervescência política e cultural, diferentes movimentos político-sociais convergiram para a defesa da universalização da educação escolar. Os primeiros especialistas em educação, ou seja, os teóricos e educadores profissionais, canalizando os anseios em torno da educação escolar, acabaram por reduzir o debate a uma discussão meramente pedagógica. E mais do que isso, inspirados no pensamento escolanovista americano e europeu, contribuíram decisivamente para a constituição do liberalismo em ideologia educacional⁴.

A intensa penetração do ideário liberal na fase de implantação do regime republicano reforçava sobremaneira o “mito da escolaridade” e, à medida que a transição econômico-social avançava, a crença na instituição escolar como a responsável pela posição social dos indivíduos e pelo progresso vai deitando raízes no pensamento educacional brasileiro.

¹ Esse assunto é parte da minha Tese de Doutorado em História da Educação, defendida na Faculdade de Educação da UNICAMP em 2002.

² Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Docente do Departamento de Educação da Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho – UNESP, Campus de São José do Rio Preto.

³ LOPES, S. F. A educação escolar na Primeira República: a perspectiva de Lima Barreto. In: LOMBARDI, J. C., SAVIANI, D. & NASCIMENTO, M. I. M. (orgs.). *Navegando pela História da Educação brasileira*. Campinas: Graf. FE; Histed-BR, 2006. CD-ROM.

⁴ A esse propósito, conferir NAGLE, J. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU; EDUSP, 1974. Também XAVIER, E. S. P. *Capitalismo e escola no Brasil: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961)*. Campinas: Papirus, 1990.

Apesar de as ideias educacionais defendidas pelos renovadores circularem nos meios intelectuais desde o período imperial, os primeiros profissionais da educação emergiram nas décadas de 20 e 30. Antes disso, o pensamento educacional era elaborado e divulgado basicamente por publicistas, políticos e literatos. Na insuficiência de literatura educacional específica no período, por meio de sua obra, Lima Barreto oferece uma reflexão interessante sobre a educação escolar do período.

Esse autor justifica explicitamente a sua “intromissão” em assuntos da educação, criticando a produção dos teóricos dessa área, muito influenciados pela psicologia americana.

Sempre foi uma das minhas preocupações a instrução pública. Não quero dizer com isto que vá fazer concorrência ao Senhor Carneiro Leão, ao Senhor Leitão da Cunha ou meu amigo Denis Júnior. Entretanto, sem ter a autoridade especial desses senhores que fizeram estudos profundos e transcendentais a respeito, tenho procurado na medida das minhas forças concorrer para o progresso do ensino público e disseminar as idéias úteis que encontro aqui e ali, em livros modestos, que os pedagogos de verdade não têm, tão absorvidos andam eles com as cousas difíceis de psicologia infantil e cousas correlatas. (Uma idéia, p. 130) CRJ – 29 mai. 1920.⁵

E vai além, afirmando que os romancistas teriam melhores condições de avaliar o ensino, porque em geral se atêm “a observação direta da realidade”, ao contrário do que fariam os especialistas.

Ainda há dias aqui, nestas colunas, tive ocasião de aludir a uma opinião do romancista paulista, Leo Vaz, sobre tal assunto. Essa opinião, como os senhores devem estar lembrados, vem exarada no seu curioso romance – O Professor Jeremias – que devia estar, a estas horas, em tôdas as mãos. Agora, cabe-me a vez de dar a respeito de instrução pública a opinião de outro romancista, também brilhante, que a adquiriu, não lendo compêndios ou tratados ou estudos yankees, alemães, suecos e noruegueses, mas com a observação direta da realidade. (Uma idéia, p. 130-131) CRJ – 29 mai. 1920.

Lima Barreto sustenta a sua crítica aos educadores profissionais na constatação de que, baseados em uma produção teórica alheia à nossa realidade, os nossos pedagogos propõem alternativas inadequadas a essa realidade e que, por isso, resultam inúteis na solução dos problemas educacionais brasileiros. Além dessa crítica direta, sua produção jornalística é pródiga em ironia ao caráter ultrapassado de muitas dessas teorias.

⁵ As obras de Lima Barreto estão assim referenciadas neste texto: BA (Bagatelas), CA (Clara dos Anjos), CRJ (Coisas do Reino do Jambom), FM (Feiras e Mafuás), MA (Marginália), NN (Numa e a Ninfa), BR (Os Bruzundangas), RE (Recordações do escrivo Isaias Caminha), TF (Triste fim de Policarpo Quaresma), VM (Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá) e VU (Vida Urbana). Nos artigos, crônicas e sátiras são também registrados o título e a data de publicação nos periódicos.

Últimamente, arranjaram aqui, com as escolas locais, uma universidade anódina e idiota – o que bem mostra o nosso amor às palavras compassadas e pomposas e à figuração, denunciando também tal criação a mentalidade obsoleta dos nossos pedagogos, que ainda namoram instituições fósseis do ensino medieval e falam em radiografia com a linguagem do defunto Rui de Pina, misturada com a do Padre Antônio Vieira, a quem deus tenha em sua santa guarda. Amém, Jesus. (As reformas e os “doutôres”, p. 238) FM – 16 jan. 1921.

Lima Barreto ironiza, portanto, os conhecimentos formulados pelas chamadas “novas correntes” do pensamento pedagógico, ou seja, o escolanovismo.

[...] Nunca fui dado a essas sabedorias infusas e confusas entre as quais ocupa lugar saliente a chamada ‘pedagogia’ [...]. (Como resposta, p. 71) MA – 8 abr. 1922.

Afonso Henriques de Lima Barreto viveu entre 1881 e 1922, mas só postumamente passou a ser reconhecido tanto pelo público leitor quanto pela crítica literária. Mais precisamente, a partir da publicação, em 1956, das suas obras completas⁶, é que foi possível avaliar a importância de sua produção para a literatura brasileira.

A academia veio a se ocupar da análise desse autor e de sua obra somente a partir da década de 70, e essa análise resultou numa fértil produção que revela a importância de Lima Barreto⁷. É importante salientar que as contribuições ao entendimento do seu papel no cenário nacional têm se dado não só na área específica da literatura, como também nas áreas das ciências humanas e sociais.

Neste artigo, apresentarei primeiramente a visão de Lima Barreto sobre a educação superior, e também tratarei de questões metodológicas importantes para o uso do texto literário na pesquisa histórica em seguida para, finalmente, procurar verificar até que ponto o pensamento de Lima Barreto expressa os limites históricos da crítica educacional do início do século XX.

Como fontes de investigação, utilizo dois tipos de documentos: a produção jornalística e a produção ficcional limiana. Na produção jornalística busco apreender o ponto de vista explícito do autor, e na ficção, os diferentes pontos de vista expressos por meio de suas personagens, procurando identificar os grupos sociais representados por elas⁸.

⁶ As obras completas foram organizadas por Francisco de Assis Barbosa, em colaboração com Antônio Housaiss e M. Cavalcanti Proença.

⁷ Dentre os muitos estudos, destacam-se os já clássicos: COUTINHO, C. N. O significado de Lima Barreto na literatura brasileira. In: COUTINHO, C. N. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas*. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. LINS, O. *Lima Barreto e o espaço romanesco*. São Paulo: Ática, 1976; PRADO, A. A. *Lima Barreto: o crítico e a crise*. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1976; FANTINATI, C. E. *O profeta e o escrivão: estudo sobre Lima Barreto*. São Paulo: Hucitec; Assis: Instituto de Letras, História e Psicologia de Assis, 1978; SEVCENKO, N. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999; além de dissertações e teses.

⁸ Entendo que o autor não pretende apenas mascarar suas posições por meio das personagens, mas há um esforço de expressar o ponto de vista do outro, segundo a sua percepção. Essa questão será mais bem discutida na terceira parte deste texto.

Lima Barreto e o ensino superior

No conjunto de suas obras, Lima Barreto tratou dos mais variados assuntos, incluindo os principais acontecimentos políticos e costumes do seu tempo. Dentre os temas eleitos pelo autor, o ensino superior aparece como um dos mais recorrentes.

O autor apresenta um detalhado diagnóstico da qualidade do ensino superior das primeiras décadas do século XX.

A precariedade do conhecimento veiculado pela educação superior é exaustivamente discutida na sua obra.

São quase sempre, além de medíocres intelectualmente, ignorantes como um bororó de tudo o que fingiram estudar. Aquilo que os antigos chamavam humanidades, em geral, êles ignoram completamente. Não são falhas, que todos têm na sua instrução; são abismos hiantes que a dêles apresenta. (A superstição do doutor, p. 40) BA – mai. 1918.

No conto *Como o “homem” chegou*, o doutor Barrado é um notório exemplo de ignorância.

[...] Procurou quem o guiasse até o Rio, embora lhe parecesse curta e fácil a viagem. Examinou bem o mapa e, vendo que a distância era de palmo e meio, considerou que dentro dela não lhe cabia o carro. Por êste e aquêle, soube que os fabricantes de mapas não têm critério seguro: era fazer uns muito grandes, ou muito pequenos, conforme são para enfeitar livros ou adornar paredes. Sendo assim, a tal distância de doze polegadas bem podia esconder viagem de um dia e mais. (Como o “homem” chegou, p. 286-287) CA – 18 out. 1914.

A má formação dos doutores aparece vinculada a uma série de fatores, tais como a inadequação do ensino à realidade, a superficialidade do conteúdo, os problemas na organização curricular e a má qualidade dos professores⁹.

[...] com o nosso ensino superior feito em pontos manuscritos ou impressos, em cadernos e outros bagaços, muito espremidos, das disciplinas do curso, sem professôres atentos ao progresso do saber professado por êles e, por êles encerrado no dia em que recebem o decreto de nomeação – causa tôda a nossa estagnação intelectual, desalenta os mais animosos, não dá vontade às inteligências livres para o esforço mental e vamos assim ficando como os chineses, parados intelectualmente, mas sempre cheios de admiração pelos grotescos exames de Cantão. (A superstição do doutor, p.49) BA – maio/1918

Em grego, as obras consultadas foram unicamente duas, tal e qual

⁹ Para o aprofundamento do assunto, consultar: LOPES, A educação escolar na Primeira República..., p. 1-22.

como no guarani; e certamente, êsses dois leitores não foram os nossos professôres de grego, porque, desde muito, êles não lêem mais grego [...]. (A Biblioteca, p. 38) MA – 13 jan. 1915.

Outra questão associada à má formação é a crescente facilitação nos exames, tanto nos preparatórios quanto nos do curso superior.

A maioria dos candidatos ao “doutorado” é de meninos ricos ou parecidos, sem nenhum amor ao estudo, sem nenhuma vocação nem ambição intelectual. O que êles vêem no curso não é o estudo sério das matérias, não sentem a atração misteriosa do saber, não se comprazem com a explicação que a ciência oferece da natureza; o que êles vêem é o título que lhes dá namoradas, consideração social, direito a altas posições e os diferencia do filho de “Seu” Costa, contínuo de escritório do poderoso papai. Animados por êsse espírito, vão, com excelentes aprovações, às vêzes, obtendo os exames preliminares e, afinal, matriculam-se na academia, como dizem êles no seu jargão pretensioso – podendo ela ser civil ou militar. Na escola ou faculdade, as cousas se passam muito mais fàcilmente. Não há filho de sujeito mais ou menos notável, que não vá adiante no curso, sem a menor dificuldade. É mais fácil que obter os preparatórios. (A superstição do doutor, p. 40-41) BA – mai. 1918.

Essa sua visão crítica desemboca numa percepção particularmente acurada e demolidora do valor atribuído pela sociedade brasileira aos portadores de título superior.

A rigor, um estudante do curso de Direito, por exemplo, concluído seu curso de quatro ou cinco anos, se tornaria bacharel e, caso defendesse a tese de doutorado seria, então, doutor. No entanto, vamos encontrar certa indiferenciação entre esses dois títulos na sociedade, conforme pode ser depreendido em suas obras.

Lima Barreto cunhou o termo “doutomania” para expressar a ideologia de valorização do título, vigente na sociedade de sua época, também conhecida como bacharelismo. Essa “doutomania” estaria difundida por todas as camadas sociais.

Para a massa total dos brasileiros, o doutor é mais inteligente do que outro qualquer, e só êle é inteligente; é mais sábio, embora esteja disposto a reconhecer que êle é, às vêzes, analfabeto; é mais honesto, apesar de tudo; é mais bonito, conquanto seja um Quasímodo; é branco, sendo mesmo da côr da noite; é muito honesto, mesmo que se conheçam muitas velhacadas dêle; é mais digno; é mais leal e está, de algum modo, em comunicação com a divindade. (A superstição do doutor, p. 42-43) BA – mai. 1918.

Nem os jornais escapam a essa superstição. Antigamente, os autores eram conhecidos pelos seus simples nomes; agora, êles aparecem sempre citados com o seu título universitário. (A instrução pública, p. 92) VU – 11 mar. 1915.

No romance *O Triste fim de Policarpo Quaresma* podemos verificar o comportamento dos convidados da festa de noivado de Ismênia em relação ao seu noivo, Cavalcanti, um jovem recém formado em Odontologia.

Cavalcânti ainda não tinha tido tempo de atender a este e já era obrigado a ouvir a observação de outro.

– É muito bonito ser formado. Se eu tivesse ouvido meu pai, não estava agora a quebrar a cabeça no “deve” e “haver”. Hoje, torço a orelha e não sai sangue.

[...]

Nos intervalos da conversa, todos êles olhavam o novel dentista como se fôsse um ente sobrenatural.

Para aquela gente tôda, Cavalcânti não era mais um simples homem, era homem e mais alguma coisa sagrada e de essência superior; e não juntavam à imagem que tinham dêle atualmente, as cousas que porventura êle pudesse saber ou tivesse aprendido. Isto não entrava nela de modo algum; e aquele tipo, para alguns, continuava a ser vulgar, comum, na aparência, mas a sua substância tinha mudado, era outra diferente da dêles e fôra ungido de não sei que coisa vagamente fora da natureza terrestre, quase divina. (TF, p. 68-69)

Também podemos encontrar a admiração inspirada pelo médico Doutor Armando Borges.

Quaresma mesmo recebeu-o com as maiores marcas de admiração e o doutor, gozando aquêle seu sôbre-humano prestígio, ia conversando pausadamente, sentenciosamente, dogmáticamente; e, à proporção que conversava, talvez para que o efeito não lhe dissipasse, virava com a mão direita o grande anelão “simbólico”, o talismã, que cobria a falange do dedo indicador esquerdo, ao jeito de marquise. (TF, p. 158)

Denunciando a “doutomania”, Lima Barreto enfatiza o caráter formal do título de ensino superior. A posse do diploma não era garantia de conhecimento, mas seria um “passaporte” para a riqueza, via casamentos de interesse ou via emprego público.

Nesse sentido, é com frequência que encontramos, nas obras do autor, o título superior como uma possibilidade de ascensão social, por meio de casamentos “vantajosos”.

Crescendo assim pelo Brasil a procura de maridos formados, por parte de herdeiras ricas, o nosso ensino superior vai perdendo o seu caráter próprio e tomando uma feição de aprendizado para noivo, mesclado de baixas preocupações monetárias, nas cogitações dos respectivos alunos. É uma fábrica de caça-dotes.

O cidadão ainda não saiu doutor e já sonha casar-se rico; e, durante todo curso, com rápidas olhadelas pelos tratados e apressadas visitas aos laboratórios e gabinetes, só pensa em uma cousa: como é que há de casar-se rico? (A prenda, p. 126) MA – 30 abr. 1921.

As môças ricas não podem compreender o casamento senão com o doutor; e as pobres, quando alcançam um matrimônio dessa natureza, enchem de orgulho a família tôda, os colaterais, e os afins. (A nobreza de Bruzundanga, p. 56-57) BR

As famílias, os pais, querem casar as filhas com os doutôres; e, se êstes não têm emprêgo, lá correm à Câmara, ao Senado, às secretarias, pedindo, e põem em jôgo a influência dos parentes e aderentes. Então, o orçamento aparece com autorizações de reformas e o bacharelete está empregado, repimpado como diretor, cônsul, enviado extraordinário e diz para nós outros: “Eu venci”. (A instrução pública, p. 92) VU – 11 mar. 1915.

Da perspectiva do noivo, a posse do título era vista como a grande possibilidade para o arranjo de um casamento lucrativo. Em *Numa e a Ninfa*, o narrador descreve as estratégias de Numa para negociar um bom casamento com seu título de bacharel em direito, casamento esse que se concretiza e Numa consegue, de fato, ascender socialmente.

De indústria, o juiz se mantivera até então solteiro. Esperava, com rara segurança de coração, que o casamento lhe desse o definitivo empurrão na vida. Aproveitara sempre o seu estado civil para encarreirar-se. Ora ameaçava casar com a filha de fulano e obtinha isso; ora deixava transparecer que gostava da filha de beltrano, e conseguia aquilo [...]. (NN, p. 34)

Do ponto de vista das famílias mais abastadas, vê-se que elas procuravam casar suas filhas com bacharéis e doutores, mesmo quando estes eram pobres. Em *Triste fim de Policarpo Quaresma*, a personagem Coleoni, pai abastado de Olga, que pretende se casar com o Doutor Armando Borges, assim raciocina:

Ela quer um doutor – pensava êle – que arranje! Com certeza, não terá ceitil, mas eu tenho e as cousas se acomodam. Êle se havia habituado a ver no doutor nacional, o marquês ou o barão de sua terra natal. Cada terra tem a sua nobreza; aqui, é doutor, bacharel ou dentista; e julgou muito aceitável comprar a satisfação de enobrecer a filha com umas meias dúzias de contos de réis. (TF, p. 86)

O importante era o título, que fazia com que os genros pudessem exercer cargos públicos ou eletivos e, assim, gerir e aumentar o patrimônio familiar.

A expectativa de ascensão social poderia se concretizar com a ocupação de cargos públicos, mais prestigiados na época do que os da iniciativa privada. Porém, o principal requisito para um candidato a um cargo público, até para se realizar a prática de “favores”, era o de ser portador de um diploma do ensino superior. É a associação entre a má qualidade do ensino superior e o seu caráter de trampolim para o emprego público que sustenta as suas críticas exacerbadas ao oportunismo e à incompetência do funcionalismo público no Brasil.

Arranjaste um cursozinho muito vagabundinho de bacharel em direito, procuraste os parentes em Minas, políticos, republicanos históricos e com outras condecorações democráticas, e o Rio Branco nomeou-te amanuense, sem concurso, da Secretaria do Exterior. (Carta aberta, p. 201) MA – 08 set. 1917.

Nas primeiras décadas da República houve uma ampliação do ensino superior, em parte pela necessidade concreta de quadros para compor a burocracia e, em parte, pela pressão exercida pelas camadas altas e médias preocupadas com a manutenção ou com a aquisição de prestígio social. Essa situação é identificada por Lima Barreto, que responsabiliza a valorização do título de “doutor” pelo inchaço das nossas escolas superiores.

Êsses privilégios e a diminuição da livre concorrência que êles originam, fazem que as escolas superiores fiquem cheias de uma porção de rapazes, alguns às vêzes mesmo inteligentes, que, não tendo nenhuma vocação para as profissões em que simulam estar, só têm em vista fazer exame, passar nos anos, obter diplomas, seja como fôr, a fim de conseguirem boas colocações no mandarinato nacional e ficarem cercados do ingênuo respeito com que o povo tolo cerca o doutor. (A universidade, p. 119) FM – 13 mar. 1920.

Sentindo que a credence geral dava êsse prestígio quase divino ao “doutor”, todos os pais, desde que pudessem um bocadinho, começaram a encaminhar os filhos para as escolas ditas superiores. É preciso, no Brasil, ter uma carta nem que seja de embrulhar manteiga; é um aforisma doméstico, conhecido e repetido, nos serões do lar, do norte ao sul do país. (A superstição do doutor, p. 44-45) BA – mai. 1918.

O problema educacional que se colocava desde o Império assim poderia ser resumido: ou se expandia o ensino superior por meio da equivalência e da autonomia dos cursos provinciais e particulares, ou se suprimia a exigência do diploma para o desempenho de cargos públicos¹⁰. Com base na denúncia da “doutomania”, Lima Barreto reforça a proposta de extinção do ensino superior, ou, pelo menos, dos privilégios que esse diploma garantia.

Muitas outras medidas radicais me ocorrem, como sejam: uma revisão draconiana nas pensões graciosas, uma reforma cataclísmica no ensino público, suprimindo o “doutor” ou tirando dêste a feição de brãmane do código de Manu, cheio de privilégios e isenções; a confiscação de certas fortunas, etc., etc. (No ajuste de contas..., p. 96) BA – 11 mai. 1918.

O Estado da Bruzundanga, de acôrdo com a sua carta constitucional, declararia livre o exercício de qualquer profissão, extinguindo todo e qualquer privilégio de diploma. (O ensino na Bruzundanga, p.

¹⁰ Conferir: XAVIER, M. E. et al. *História da educação: a escola no Brasil*. São Paulo: FTD, 1994, p. 110.

74-75) BR.

Lima Barreto denuncia que o título superior gozava de um prestígio extraordinário na sociedade brasileira, mas só os membros das camadas mais altas é que tinham acesso a ele. Dessa forma, estaria estabelecido um círculo vicioso que mantinha o *status quo*. E de fato, a principal função do ensino superior no período era a de fornecedor de diplomas que garantiam a ocupação de cargos de maior remuneração, poder e prestígio¹¹. A expansão de oferta de ensino superior ao longo das primeiras décadas do século XX levou a medidas que acentuaram seu caráter seletivo, como uma estratégia para conter a desvalorização do título e, assim, manter os privilégios dos seus portadores.

Associando as novas exigências de titulação para a ocupação de cargos públicos a um crescimento de “doutores” disponíveis no mercado, o autor critica, de forma sistemática, a não correspondência entre a formação educacional desses “doutores” e as tarefas que teriam que desempenhar na burocracia.

Os doutôres, então, cresceram em número e o exercício da profissão para que estavam oficialmente habilitados, não dando margem, devido à plethora deles, para o ganho remunerador de cada um, encaminharam-se eles para os empregos públicos que nenhuma capacidade especial exigem.

O Tesouro, o Tribunal de Contas, as secretarias ministeriais e outras repartições menos importantes, ficaram cheias de amanuenses, escriturários, oficiais, engenheiros, médicos, advogados, dentistas, farmacêuticos; e, todos êstes, no íntimo ou claramente, se julgam com mais direito às recompensas burocráticas e às promoções que os seus colegas, que não têm título algum. (A superstição do doutor, p. 45-46) BA – mai. 1918.

O aumento de requisitos educacionais para a ocupação de postos de trabalho teria relação não só com o aumento do número de pessoas “qualificadas”, e que precisavam ser incorporadas, porque politicamente interessante, mas também porque assim era possível justificar a exclusão da maioria¹².

O trecho abaixo, extraído do romance *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, sintetiza, na voz do seu protagonista-narrador, as questões aqui abordadas.

Quantas prerrogativas, quantos direitos especiais, quantos privilégios, êsse título dava! Podia ter dois ou mais empregos apesar da Constituição; teria direito à prisão especial e não precisava saber nada. Bastava o diploma. (RE, p. 55)

Considerações Metodológicas

As análises realizadas da obra de Lima Barreto muitas vezes acentuam o caráter memorialista de sua produção, o que conduz a uma espécie de biografismo do

¹¹ Cf. CUNHA, L. A. *A universidade temporã: da Colônia à Era Vargas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986, p. 147.

¹² Para o aprofundamento dessa questão, consultar: CUNHA, L. A. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978, particularmente o capítulo 5.

autor¹³. Este trabalho, no entanto, sugere que se siga outro caminho.

A literatura é aqui entendida como a expressão de uma visão de mundo e como tal é um fato social, e não individual. Para o materialismo histórico, o pensamento e o modo de sentir dos homens, tomados individualmente, estão sujeitos à múltiplas determinações e, portanto, as suas experiências, as suas vicissitudes, enfim, a sua vida pessoal, colabora para a constituição de uma visão de mundo. Mesmo considerando essa questão, neste trabalho o eixo norteador é a relação que se estabelece entre a obra do autor e a sua inserção social. Se as experiências pessoais são responsáveis pelas diferenças individuais que explicam muitas das contradições vividas pelos homens dentro de uma mesma classe social, é essa classe que determina, em última instância, a sua visão de mundo.

No caso de Lima Barreto, o contato com a sua biografia revela que os temas e os interlocutores eleitos na sua obra têm uma relação direta com as suas experiências pessoais, mas é possível perceber que as concepções implícitas ou as formas de abordagem desses temas são determinadas, de alguma maneira, pela classe social.

Goldmann¹⁴, inspirado na categoria lukacsiana de consciência de classe, formula a noção de consciência possível. As diferentes classes sociais elaborariam diferentes visões de mundo, mesmo que de forma parcial. Essas diferentes consciências estariam situadas em níveis qualitativamente diferentes, isto é, umas permitindo uma maior compreensão da realidade do que outras. A consciência possível seria “o máximo de realidade que poderia conhecer uma classe social sem chocar-se contra os interesses econômicos e sociais ligados a sua existência como classe”¹⁵. Colocando em outros termos, havendo uma identidade parcial entre sujeito e objeto, a consciência possível seria o limite máximo que uma determinada classe social poderia ter de consciência da sua própria realidade. “Ela determina os quadros categoriais que estruturam a visão de mundo da classe e, sobretudo, ela define o campo no interior do qual o grupo pode, sem modificar sua estrutura, variar suas maneiras de pensar e de conhecer”¹⁶.

Ainda de acordo com Goldmann, somente análises concretas poderiam explicar o grau de desenvolvimento da consciência de classe, num dado momento e num dado lugar. Essas análises operariam com duas categorias: a consciência possível e a consciência real, que seria “o que ela [classe social] conhece, de fato, dessa realidade durante certo período num determinado país”¹⁷. Seria, então, a partir dessa avaliação que se compreenderia o papel das diferentes classes sociais, suas visões de mundo ou suas ideologias.

A visão de mundo poderia ser definida como um “ponto de vista coerente e

¹³ Essa é uma questão bastante polêmica no âmbito da Sociologia e da História da Literatura. Para se ter uma noção das diferentes posições da crítica literária sobre isso, consultar: COUTINHO, N. O significado de Lima Barreto na literatura brasileira. In: _____. *Cultura e sociedade no Brasil: ensaios sobre idéias e formas*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

¹⁴ GOLDMANN, L. *A criação cultural na sociedade moderna*: por uma sociologia da totalidade. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

¹⁵ GOLDMANN, L. *Dialética e cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967, p. 146.

¹⁶ LÖWY, M. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen*: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1998, p. 142.

¹⁷ GOLDMANN, *Dialética e cultura*, p. 146.

unitário sobre o conjunto da realidade”¹⁸ que, em certas condições, se impõe a determinadas classes sociais. Por outro lado, o pensamento e o modo de sentir dos homens, tomados individualmente, estão submetidos a múltiplas influências, não permitindo o mesmo grau de unidade e de coerência no seu ponto de vista particular. Essa mediação entre o geral e o particular explicam as contradições vividas pelos homens dentro de uma mesma classe social.

A categoria classe social torna-se, assim, fundamental na compreensão da consciência de classe/ consciência possível, daí a sua fertilidade como referência. Como entender o pensamento de um autor como Lima Barreto, os seus limites e/ ou contradições, sem levar em conta a sua inserção nas camadas médias do início do século?

A definição ou caracterização da classe média brasileira já é, em si, um problema teórico. Outro problema é encontrar uma unidade ideológica entre os trabalhadores da classe média.

Sem dúvida, há uma unidade mínima, que é a aceitação da hierarquização do trabalho, mas ela não garante uma posição política única. Ao contrário, os estudos sobre a classe média brasileira demonstram a diversidade de posições políticas assumidas pelas frações sociais que a compõem a cada momento histórico. Indicam ainda que, num mesmo momento histórico, essas frações assumem posições muito distintas. Essa extrema diversidade e mobilidade justificam a tendência a nomeá-las camadas médias, ainda que admitindo a unidade mínima que as caracteriza enquanto classe.

A compreensão da ambiguidade ideológica das camadas médias brasileiras é uma peça chave. Os intelectuais, e entre eles os literatos, são representantes dessas camadas médias e expressam, por isso, essa ambiguidade. Nossos literatos do início do século, período eleito para este estudo, traziam as contradições peculiares à intelectualidade da época. Membros das camadas médias, que cresciam com a industrialização, com a urbanização, com a burocratização e com a imigração, faziam parte de um grupo que não pertencia às classes fundamentais, e, portanto, sem condições econômicas e sociais para uma ação política autônoma. Suas atividades ligadas ao aparelho de Estado e ao setor de serviços, fortemente vinculadas à estrutura social gerada pela oligarquia, favoreciam a dependência do *status quo*. Além disso, havia o medo da proletarianização.

Por outro lado, com o avanço da urbanização, o fato de ocuparem postos na burocracia estatal e no comércio imprimia, nessas camadas, a ilusão de uma autonomia em relação aos setores oligárquicos. Mais do que isso, durante esse período se desenvolveram as condições sociais para a profissionalização intelectual e a constituição de um campo intelectual relativamente autônomo. Essa situação peculiar das camadas médias carregava de ambiguidade as suas posições ideológicas, fazendo com que oscilassem entre aliar-se às camadas populares e aderir à elite.

Assim, se nas obras dos intelectuais desse período encontramos um ensaio crítico da sociedade brasileira, expressão da autonomia relativa que sua visada gozava, em relação às suas condições de existência, eles eram levados à cumplicidade com os padrões vigentes, que garantiam o seu *status* privilegiado. E Lima Barreto se insere

¹⁸ GOLDMANN, *Dialética e cultura*, p. 73.

nesse quadro social¹⁹.

Resta, então, reforçar que os conceitos aqui sumariados são utilizados como um horizonte para a exploração do pensamento do autor. As categorias consciência de classe ou consciência possível, para além das diferenças teóricas que existem na sua formulação básica, guardam uma ideia, que aqui importa, de que a inserção social sustenta e, portanto, ilumina a nossa compreensão das visões de mundo. Além disso, essas categorias desembocam na noção de consciência limite, que traz em si a ideia de progresso e de conservação. Se por um lado, aponta para o máximo de avanço a que um indivíduo pode chegar na sua visada, por outro, implica um limite, determinado pela sua inserção no mundo, além do qual não se pode ir. Essas noções são fundamentais para a compreensão do pensamento social de Lima Barreto.

Lima Barreto e os Limites Históricos da Consciência Educacional

Concebendo a literatura como uma forma de expressão e de intervenção na realidade, Lima Barreto tinha a pretensão de fazer uma leitura crítico-social e por essa, entre outras razões, é considerado um representante do movimento pré-modernista²⁰.

Especialmente nos artigos *O destino da literatura*, *Literatura militante* e *Literatura e política*, do livro *Impressões de leitura*, podemos encontrar muitas referências ao papel que atribuía à literatura. Fazendo críticas à produção de Coelho Neto, o autor assim se posiciona:

*As cogitações políticas, religiosas, sociais, morais, do seu século, ficaram-lhe inteiramente estranhas. Em tais anos, cujo máximo problema mental, problema que interessava tôdas as inteligências de quaisquer naturezas que fôsem, era uma reforma social e moral, o Senhor Neto não se deteve jamais em examinar esta trágica angústia do seu tempo, não deu para o estudo das soluções apresentadas um pouco do seu talento [...].*²¹

Essa posição, afirmada e reiterada por sociólogos e historiadores da literatura²², faz dele uma importante fonte de estudos do início do século.

Retomando a questão já mencionada na introdução deste artigo, os teóricos e educadores profissionais brasileiros se constituíram como tal a partir das décadas de 20 e de 30. Os escolanovistas, como ficaram conhecidos esses primeiros especialistas,

¹⁹ Especificamente sobre os limites da intelectualidade desse período, consultar MICELI, S. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001; MACHADO NETO, A. L. *Estrutura social da República das Letras: sociologia da vida intelectual brasileira (1870-1930)*. São Paulo: Grijaldo, EDUSP, 1973.

²⁰ Conferir BOSI, A. *História concisa da literatura brasileira*. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1974.

²¹ BARRETO, L. *Literatura e política*. In: BARRETO, L. *Impressões de leitura*. São Paulo: Brasiliense, 1956, p. 75.

²² Uma delas é a seguinte: “Para Lima Barreto a literatura devia ter alguns requisitos indispensáveis. Antes de mais nada, ser sincera, isto é, transmitir diretamente o sentimento e as idéias do escritor, da maneira mais clara e simples possível. Devia também dar destaque aos problemas humanos em geral e aos sociais em particular, focalizando os que são fermento de drama, desajustamento, incompreensão. Isto, porque no seu modo de entender ela tem a missão de contribuir para libertar o homem e melhorar a sua convivência”. CÂNDIDO, A. *Os olhos, a barca e o espelho*. In: _____. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1987, p. 39.

reivindicavam que a educação fosse discutida e planejada exclusivamente por profissionais da área²³.

Num período em que as relações capitalistas no país avançavam, rápida e eficientemente, em direção a uma modernização conservadora, claramente alinhada ao estágio imperialista dos países hegemônicos, a educação tomava uma importância significativa nas preocupações nacionais. A bandeira da universalização da escola foi empunhada por diferentes segmentos da sociedade, desde os mais reconhecidamente conservadores até os mais progressistas que, por motivos diversos, acabaram endossando a ideologia liberal da escola como a instituição responsável pela redenção da sociedade. No âmbito político-institucional, esses intensos debates em torno da escola resultaram, na prática, em um número expressivo de reformas educacionais que visavam, em última instância, à modernização da educação de elite.

Era nesse ambiente que Lima Barreto estava inserido. Atento às mudanças que se operavam na sociedade brasileira, principalmente urbana, o autor questionava e censurava veementemente os resultados sociais desse processo de modernização. Através do estudo de suas obras, é possível identificar um libelo contra a dependência ao capital europeu e americano, a brutal concentração de renda das elites brasileiras e o aumento da miséria da população rural e urbana.

Por outro lado, as suas críticas ao modelo econômico-social não ultrapassavam o limite da ordem capitalista. Não era o sistema capitalista o alvo de seus ataques e sim a forma que esse sistema assumiu no Brasil.

O agravamento das condições de vida e de trabalho dos operários, a influência da Revolução Russa de 1917 e as demais tentativas revolucionárias na Europa marcaram a ascensão da organização do movimento operário no Brasil no período entre 1917 e 1920. Nessa conjuntura, o trabalho de agitação e propaganda desenvolvido pelas lideranças anarquistas e a atividade concreta do anarcossindicalismo na organização de sindicatos e ligas tiveram um peso importante.

No entanto, vivendo num período conturbado em que as questões sociais estavam colocadas e em que o operariado tentava se organizar, não há registro de que Lima Barreto tenha tido qualquer militância em movimentos da época, a não ser a sua contribuição com artigos em jornais libertários, dentre os diversos com os quais colaborou. Mesmo quando propõe uma “revolução social”, aos “moldes” da Revolução Russa, as medidas por ele sugeridas têm um caráter reformista e não revolucionário.

Essa espécie de consciência o confirma como um representante das camadas médias na sua expressão mais progressista, ou mais precisamente, como um típico representante da intelectualidade do início do século XX.

Os literatos, em particular, não se opunham radicalmente à ordem instituída e ao poder constituído, já que dependiam das instituições vigentes que os formavam e os projetavam socialmente como intelectuais, como a escola e a imprensa.

Lima Barreto, em suas denúncias contra a imprensa, frequentes em toda a sua obra, parecia visar o caráter empresarial que crescentemente assumia a atividade jornalística, comprometida com o modo como o capitalismo avançava entre nós.

No entanto, se criticou de forma ácida a grande imprensa da época, tomando

²³ Ver: NAGLE, *Educação e sociedade...*

o *Correio da Manhã*, jornal de muito prestígio, como caso típico da corrupção intelectual e submissão ao poder (no romance *Recordações do escrivão Isaías Caminha*), por outro lado, exerceu intensamente o jornalismo profissional²⁴, inclusive como colaborador do próprio *Correio da Manhã*²⁵.

No que se refere especificamente à educação superior, objeto deste trabalho, é possível perceber, pela análise de sua produção, as contradições que marcam as suas críticas e reflexões. O tom da crítica era indiscutivelmente de denúncia; um forte teor de denúncia na avaliação do sistema educacional da época, mas que resulta num esboço de propostas genéricas e superficiais de reformulação desse sistema. Enquanto socialistas e anarquistas procuravam formular e viabilizar um projeto de educação popular, Lima Barreto propunha a extinção do Colégio Pedro II e dos colégios militares como uma solução para a economia de gastos com a educação de elite.

Se por um lado, o autor apresenta uma crítica contundente em relação ao ensino superior, denunciando a ideologia de valorização do “doutor” presente na sociedade, a análise de suas obras acaba por revelar a grande importância que o próprio Lima Barreto atribui à educação superior. As suas críticas se concentram na má qualidade e superficialidade da educação escolar. Assim como ocorreria posteriormente com os escolanovistas, mais do que o caráter elitista do sistema escolar brasileiro, incomoda a péssima qualidade dessa educação de elite.

Expressão dessas limitações, ou desse ranço conservador do autor, e peça exemplar na caracterização da sua consciência crítica da educação de seu tempo, é o trecho que se segue a propósito das “normalistas”.

Há dias fui ao Largo do Estácio que conheci com a velha Igreja do “Espírito Santo”, quando era menino e freqüentava o Colégio Paula Freitas. Desde muito que isso não fazia, de modo que o aspecto da praça me surpreendeu.

Não esperava vê-lo assim tão florido de damas e moças, a tagarelarem, a consultarem livros e cadernos, numa atitude de sábios em seu gabinete de trabalho.

Estranhei e não compreendi aquêle aspecto do velho largo transformado em pátio de universidade. Que diabo queria dizer aquilo? fiz de mim para mim.

Aproximei-me sorrateiramente de um grupo de encantadoras meninas e pus-me a ouvir-lhes a conversa. Uma dizia:

– Diva, não foi Pedro Álvares Cabral quem descobriu o Brasil. Você está enganada.

– Então, quem foi?

– Foi Vicente Yáñez Pinzon.

– Quem foi que te disse isto?

– É o doutor Felisberto quem o afirma. Não é assim Nair?

– É verdade; mas diz também que foi Diogo de Leppe.

²⁴ Não só recebendo por artigo como chegando a ter salário fixo em alguns deles.

²⁵ Entre 1905 e 1906. Conferir SODRÉ, N. W. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 357.

– *Afinal, acode uma quarta môça do grupo, ninguém sabe ao certo quem foi o descobridor do Brasil.*

Tão proveitosa conversa não me interessava e fui ouvir outra em grupo mais distante.

Tratava-se aí da medição do meridiano terrestre. Elas contavam a história dessa medição desde os gregos até Delambre. Causou-me pasmo que aquelas môças soubessem geodésia, quando me parecia ignorarem o teorema de Hiparco. Então, perguntei humildemente a um fiscal de bonde:

– *Quem são essas môças?*

– *São alunas da Escola Normal. (O “Estácio” atual, p. 158-159) MA – 22 jul. 1922.*

Contudo, é impossível não admirar e reverenciar um pensador que pôs a descoberto tantas mazelas de nossa sociedade e da escola por ela produzida.

A acuidade e o brilhantismo do seu enfoque do bacharelismo, do funcionalismo público, da incompetência e da corrupção que impregnava as nossas instituições o colocam, indiscutivelmente, na vanguarda da crítica social produzida em sua época.

Os seus limites, expressos na contradição entre a negação das condições dadas e a sua afirmação explícita ou implícita nos referenciais teóricos e valorativos que embasem as suas reflexões, desvelam, com particular clareza, o caráter histórico do pensamento e da crítica social e educacional.

O diagnóstico que elabora da formação escolar de sua época antecipa as questões básicas que os “teóricos da educação” levantariam, com a autoridade de “especialistas” no célebre “Manifesto dos Pioneiros da educação Nova: ao povo e ao governo”, publicado em 1932. Também nesse documento, assim como na produção teórica dos seus signatários, muitos dos quais exerceram atividades concretas de intervenção na realidade educacional da época, as mesmas limitações se revelam e gradualmente se intensificam com a crise econômica e política dos anos 20 e 30.



RESUMO

Este artigo procura ampliar a compreensão da crítica educacional do início do século XX, tomando como objeto de exame o pensamento social de Lima Barreto. Até a emergência dos “profissionais da educação”, o pensamento educacional era elaborado por publicistas e literatos, num fértil debate, cujos resultados apareciam na produção jornalística e literária. Por meio do exame de artigos, crônicas, romances e contos de Lima Barreto, é possível apreender uma determinada concepção educacional, subjacente às críticas e à caracterização ficcional da educação escolar, assim como um interessante esboço do perfil cultural da sociedade brasileira do período. Os limites nos quais esbarra a leitura crítica do autor, expressos na contradição entre a negação das condições dadas e a sua afirmação, explícita ou implícita, nos seus referenciais teóricos e valorativos, revelam o caráter histórico do pensamento e da crítica social e educacional.

Palavras Chave: Brasil; Educação; Ensino Superior; Educação na Literatura.

ABSTRACT

This study aims at enhancing the understanding of the educational criticism in the beginning of the twentieth century, focusing on the ideas of Lima Barreto. Before the emergence of the "educational professionals", educational thought was developed by publicists and writers involved in a fertile debate, the results of which became visible in literary and journalistic production. Through the analysis of articles, short texts published in the press, novels and short stories written by Lima Barreto, it's possible to gather a specific concept of education, underlying his criticism and fictional characterization of school education, as well as an interesting sketch of the cultural profile of Brazilian society at the time. Either explicitly or implicitly, in their evaluative and theoretical references, the limits of the critical readings of the author, which are expressed in the contradiction between negation of the given conditions and their affirmation, unveil the historical aspects of social and educational thinking and criticism.

Keywords: Brazil; Education; High Education; Education in Literature.